ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

URBANIZAÇÃO VIOLENTA: dinâmicas da segregação socioespacial em Brasília

Autores:
Elane Ribeiro Peixoto - PPG/FAU-UnB - elanerib@hotmail.com
Carlos Henrique Magalhães Lima - PPG/FAU-UnB - carloshenrique@unb.br
Carolina Pescatori - PPG/FAU-UnB - pescatori@unb.br

Resumo:

Neste artigo, exploramos as interpretações de Bernardo Secchi a respeito da segregação socioespacial, fazendo correlações com a atual região metropolitana de Brasília. Para o autor, há uma "nova questão urbana" que contribui para o agravamento da crise da economia planetária, e para a qual as práticas urbanísticas concorrem. A partir de um arco histórico com origem na cidade europeia, Secchi caracteriza a urbanização violenta, atualmente em curso em metrópoles asiáticas, africanas e latino americanas e contrária ao entendimento da cidade como lócus ideal de integração social e cultural por excelência. Partindo daí, pensamos em políticas e projetos que acirram a desigualdade no Distrito Federal centradas em dispositivos formulados no longo processo de construção da capital, resultando hoje numa dinâmica de centralidades capazes de assimilar os benefícios da urbanização; e periferias pauperizadas nas franjas da metrópole.

URBANIZAÇÃO VIOLENTA

dinâmicas da segregação socioespacial em Brasília

INTRODUÇÃO

Bernardo Secchi, urbanista italiano falecido em 2014, nos legou contribuições consideráveis para a reflexão urbanística, quer por suas elaborações teóricas ou práticas projetuais. Nos anos de 1980, esteve presente na reconfiguração do Instituto Europeu de Urbanismo, contribuindo para formular novas ideias sobre a intervenção nas cidades. No Brasil, seu trabalho tem considerável repercussão no ambiente acadêmico, possibilitando ampliar as relações entre história e crítica nos cenários de incerteza e instabilidade que caracterizam nossa produção urbana e intelectual.

Em sua última publicação, o autor dedica especial interesse à segregação socioespacial, focalizando a cidade europeia e observando suas proximidades e contrastes com as cidades asiáticas, africanas e latino americanas. A diversidade de cenários o ajuda a identificar dinâmicas atreladas à distribuição dos benefícios da urbanização no território, a formação de núcleos produtivos no espaço urbano, a formação de núcleos habitacionais nos centros urbanos e em suas franjas. Estes termos são geralmente correntes na Europa para pensar o espaço urbano. Como nos recorda o urbanista, se a cidade se funda como sede da cultura, inovação e diferença, esta tem sido também, desde sempre: “[...] máquina potente de distinção e de separação, de marginalização e exclusão de grupos étnicos e religiosos, de atividades e profissões, de indivíduos e de grupos dotados de identidade e estatutos diferentes, de ricos e de pobres.” (SECCHI, 2014, p. 21). Ao observar a metrópole no presente, Secchi expõe um cenário de crise, em que se configura, na Europa, uma "nova questão urbana" (2013, p.2), calcada , sobretudo, na diferença entre a cidade dos pobres e a cidade dos ricos.

Para caracterizar esta nova questão urbana, nosso autor (2013) aproxima e interrelaciona processos e práticas de segregação espacial, seja ela resultante da distribuição desigual da produção no território, seja por desconexão deliberada, a exemplo dos condomínios fechados latino-americanos e as gated communities norte-americanas. Secchi discute a arquitetura em relação à ocupação e uso do território, às diferentes técnicas que influenciam a construção e a modificação de espaços, à formação dos códigos de separação entre a cidade dos ricos e a cidade dos pobres. A última obra de Secchi nos respalda em uma reflexão sobre o urbanismo como biopolítica, a pensar as formas de articulação entre a prática urbanística e a desigualdade, manifestas, dentre outros, nos mecanismos voluntários de desconexão (ARANTES, 2012).

Secchi parte de elaborações conceituais cuja delimitação foi definida em face das dinâmicas geográfica e metropolitana europeia para produzir uma derivação terminológica mais afinada com fenômenos de outras escala e natureza, a saber: as formas extremadas de práticas segregadoras muitas vezes atreladas ao urbanismo. Neste artigo objetivamos uma leitura dos fenômenos metropolitanos brasileiros vinculada à desigualdades sócio espaciais. Pensamos,

particularmente, no presente da área metropolitana de Brasília, cenário complexo de cruzamento de ideias e projetos; de fluxos, deslocamentos e de aglomerados plurais.

URBANISMO E DESIGUALDADE

O pensamento de Secchi se movimenta em espectros variados. "Cidade dos Ricos, Cidade dos Pobres" (2013) é parte dos estudos do autor produzidos ao longo de vinte anos, nos quais a "urbanística" é entendida como prática capaz de reunir multiplicidade de atores e processos de forma aberta e muitas vezes imprevista. Neste último trabalho, o autor apoia-se na hipótese de que o espaço não é infinitamente disponível e maleável aos ditames da economia, das instituições e da política. Sua resistência não é devida apenas a sua inércia, mas porque ele próprio é atuante e prepara a trajetória para que as modificações se instalem e se estabeleçam, reconstruindo e mantendo desigualdades. Assim se posicionando, Secchi se coloca ao lado de autores como os geógrafos neo-marxistas, entre os quais se encontra Edward Soja (2000).

O espaço urbano, fraturado entre pobres e ricos, explica-se também pela superação das formas empobrecidas e redutoras de pensar estes pólos opostos. Nosso autor conclama em seu auxílio as leituras de Pierre Bourdieu para afirmar, sob a perspectiva sociológica, como esta oposição se constrói e se mantém a ela associando capital econômico, capital cultural e social - portanto, uma educação elevada e uma rede de relações entre semelhantes são imprescindíveis a cindir ricos e pobres. À cisão, Bernardo Secchi associa os signos de distinção - para o qual a palavra separação assume um valor absoluto para explicar vários domínios, compreendidos entre o espaço da casa e o da cidade, a fragmentação do mundo e da cidade contemporânea.

É curioso seguir a argumentação do urbanista e aqui nos permitimos expô-la: o século XVIII é o momento em que a prática da separação se inicia no espaço da moradia, contrapondo o lugar de habitar e o lugar de trabalhar, as noções de conforto, intimidade e domesticidade atuam na especialização dos cômodos da casa, separando-os. Todavia, a separação não se restringe à moradia e constrói e determina o urbano. Paulatinamente, a distância espacial entre ricos e pobres se acentua, sendo incorporada nas próprias práticas urbanísticas provenientes de políticas públicas, do planejamento ou no projeto urbano - reafirmando injustiças espaciais, quando, paradoxalmente, deveriam combatê-las de forma eficaz. Para Secchi, o urbanismo “deve responder pela sua grande e bem definida responsabilidade no agravamento das desigualdades” (2013, p. 11).

O século XX e XXI são pródigos nos dispositivos que “modificam os diversos idiorritmos” (SECCHI, 2013, .p2) que continuam a promover e aprofundar o “apartheid” entre ricos e pobres, em decorrência da retração do Estado do Bem Estar Social. Sobre estes dispositivos, que são físicos e espaciais, jurídicos e institucionais, Secchi aponta a ambiguidade de suas significações e razões de existência numa passagem de seu texto que vale a pena destacar:

> Um muro é um muro, mas este adquire diferentes sentidos, uso e função quando serve para proteger de intempéries ou ruído, para delimitar um jardim ou uma terra, para separar dois regimes políticos ou duas áreas em

> que são invocados diferentes princípios legais. Uma estrada, ou uma estrada movimentada, une rapidamente lugares que guardam uma certa distância; ao mesmo tempo, é barreira barulhenta e poluente que separa o territórios [...]; separação que parecerá inaceitável se acontecer na cidade dos ricos, mas que ninguém prestará a devida atenção se acontecer na cidade dos pobres, no limite, pode ser usada para separar os ricos dos pobres. Estes exemplos a que nos referimos são casos extremos, mas muito frequentes para não fazer parte de políticas explícitas de separação, distanciamento e exclusão (SECCHI, 2013, p.2, tradução dos autores).

Assim, o projeto sócio-político do urbanismo como campo, qual seja, salvar a cidade do "mal", como na figura de São Jorge que mata o dragão (SECCHI, 2006 [2000], p. 21), falhou profundamente e "foi marcado pela obsessão da falência e da superação: cada projeto parece ter falido, cada posição parece ter sido superada" (SECCHI, 2009, p. 14). A cidade não é mais o lugar do coletivo e da troca, da integração social e cultural, mas um meio de "suspensão de direitos individuais e coletivos (...) apoiado na ideologia do mercado e na retórica da segurança" (SECCHI, 2013, p. 83). Ideologia e retórica que, em última instância, organizaram e institucionalizaram a segregação espacial evocando teorias urbanísticas que, indevidamente interpretadas, propiciaram aplicar dispositivos de separação visível em todas as escalas da cidade.

Condomínios fechados e favelas parecem, então, configurar a última versão da cidade dos ricos e dos pobres numa escala planetária e, atualmente, acrescentamos os campos de refugiados, cujos "habitantes" não só podemos incluir na categoria dos "pobres", mas na de moradores de de um limbo, mal assistidos por entidades de assistência mundial, e que estão presentes em todos os continentes. A migração em massa não é um fenômeno novo, mas sua escala e distribuição global a fazem parte inconteste do processo de produção social do espaço, uma nova camada de complexidade na dinâmica da pobreza urbana reconhecida por Secchi, bem como por Bauman (2009) - que nos fornece o termo "mixofobia". Assim, formaram-se outros ghettos com outros corpos incluídos na camada dos indesejados, a *classe dangerouse*, composta por seres situados na categoria de *homo sacer* , discutida por Agamben (2010). Temos, então, dois campos fundamentais de constituição da pobreza: a espacial, dada pela segregação física entre ricos e pobres na formação de espaços homogêneos e isótropos, e a social, dada pela sedimentação do medo do outro no imaginário coletivo. Os espaços homogêneos e isótropos resultam de relações simplificadas e empobrecidas entre projeto, interpretações e descrições.

As pesquisas de Secchi e seus colaboradores propõem articular uma dupla análise do território: uma do tipo morfológico e outra, socioeconômico. O objetivo é oferecer possibilidades para a superação dos espaços homogêneos e isótropos, possibilitando continuidades na geografia dos temas metropolitanos a partir da *porosidade* e da *capilaridade* como atributos. Estes atributos servem como recursos conceituais e interpretativos, bem como de projeto para pensar o espaço metropolitano contemporâneo. Secchi recupera o termo porosidade do filósofo Massimo Cacciari. Para esse último, porosa é "[...] uma cidade que não se move por projetos ou por programas", aludindo à imagem de Benjamin a Nápoles:"[...] esponja estendida sobre o mar, que não enfrenta seus problemas por meio de

macroprojetos, [...] que não reduz o complexo das tensões, dos conflitos, que não procura anular-se, mas sim assimilar-se e quase nutrir-se (CACCIARI, 1992, p. 164).

A porosidade seria, portanto, o recurso que possibilitaria diminuir a distância entre espaços fraturados pela dispersão. Numa chave analítico-projetual, porosidade remete à força do vazio, ao potencial que aflora nos interstícios da cidade, demandando operações vinculadas aos sistemas de infraestrutura e ambiental. As interpretações dos interstícios da cidade podem ser produzidas por diferentes usuários, como uma forma de conceber os espaços abertos dispondo oportunidades para melhorar a transição entre tecidos urbanos estanques. Na potência dos interstícios e porosidades, Secchi ressalta a possibilidade da construção dos elos não só espaciais e morfológicos, mas também de agir sobre a desigualdade social.

Para o urbanista, portanto, a relação entre o protagonismo do espaço na produção da desigualdade social é uma nova questão urbana. Riqueza e pobreza são fenômenos resultantes de um complicado arranjo político, social e tecnológico. Neste arranjo, dispersão e concentração dão-se de modo complementar e contraditório, atuando sobre a metrópole presente em toda parte e a todo momento e impondo ao urbanismo e saberes correlatos a tarefa de pensar nos lugares funcionais, na redução de perdas e defasagens resultantes da formação de novos núcleos, e no desafio de entrever a realização da vida social no espaço comum.

URBANIZAÇÃO VIOLENTA

Como todos os grupos sociais dominantes do passado, o que hoje se configura como grupo dos ricos procura afirmar-se por princípios de auto-defesa, produzindo conflito com outros grupos sociais, com repercussão no espaço urbano, cada vez , menos democrático, fruto de exclusões seletivas. . Em outras palavras, os grupos hegemônicos recorrem a um conjunto de dispositivos, incluindo os espaciais, para manter à distância aqueles que não pertencem a sua esfera social e, assim, restringem a entrada nestes circuitos, que lhes dá a visibilidade por meio de regras de comportamento ou códigos de distinção (SECCHI, 2013, p. 18). Estes dispositivos se manifestam nos níveis material e simbólico e são metaforizados nas formas e nas práticas sociais. Como exemplo, Secchi evoca a “retórica da segurança”, em que se transformam eventos aleatórios, temporários e não sistemáticos, em fenômenos difundidos e perenes, colocando os graus de insegurança e identidade coletivas em campos opostos (BAUMAN, 2003). O medo impossibilita encontros e impõe distâncias. É dos articuladores mais profundos e imemoriais da vida urbana e subsidia , em larga medida, as estratégias que permeiam as práticas urbanísticas ainda hoje.

Desse modo, a iniquidade sócio-espacial não é apenas decorrente da acomodação de populações em função de sua capacidade de aquisição ou produção de moradia, mas um fenômeno que pode ser operado nos níveis simbólico e material por meio de práticas do urbanismo. A Urbanística esteve atrelada ao exercício do controle e da separação desde seu surgimento. O medo da pobreza, associada à peste e varíola, infundiu-se no imaginário coletivo, abrindo espaço para o surgimento de aparatos voltados ao controle de massas, políticas de cerceamento, restrição da circulação, internações e enclausuramentos (FOUCAULT, 2004). Da antiguidade remota ao mundo moderno, o medo sempre foi

modelador de práticas e formas de pensamento. A infecção,o contágio e o desconforto com a diferença reforçam a retórica da segurança, produzindo dispositivos sucessivos que não desfazem seus antecessores (FOUCAULT, 2004). Os últimos dez anos no Rio de Janeiro foram marcados por experimentos dessa ordem, com a construção de barreiras físicas e zonas de operação policial coercitiva, com efeitos consideráveis no espaço urbano. A regulação armada da vida pública impõe restrições ao ir e vir, assinalando estatutos jurídicos diferenciados no espaço metropolitano. A guerra ao tráfico, a militarização urbana como medida, binômio que emerge do medo e da intolerância colaboraram para originar acordos horizontais entre grupos, ecoando na fragmentação espacial da cidade contemporânea. Sucessivos movimentos de ruptura dos sistemas de solidariedade e na correspondente emergência de sistemas de intolerância, sejam religiosos, étnicos ou culturais são rebentos deste corte social brusco que aprofundam a estanqueidade entre os diferentes grupos do todo social. (SECCHI, 2013, p.22).

Não só o medo contribui para as estratégias de exclusão operadas pelo urbanismo, uma série de termos sempre foi mobilizada nessa direção. Para Secchi (2013, p. 24), "nomear, localizar, definir, especificar e delimitar, separar e associar, vincular e unir, abrir ou encerrar [...] são as características dos principais dispositivos do projeto da cidade e território"; ao mesmo tempo, elementos capazes de verificar a compatibilidade ou incompatibilidade entre os usos, a redistribuição virtuosa (ou perversa) de benfeitorias no território e da construção de uma ideia de segurança compartilhada.

Políticas de separação e exclusão definem-se na formação de dispositivos e promovem o que se pode chamar "urbanização violenta" (SECCHI, 2013, p.73). Estes dispositivos atuam como um conjunto coordenado de ações na cidade, estão articulados em textos, presentes em discursos e práticas elaborados não só por arquitetos e urbanistas, mas por técnicos, políticos, empresas e outros atores. Estão assim legitimados por leis e “ciências urbanas”, aprofundando e naturalizando o apartheid social.

A busca de muitos arquitetos e planejadores urbanos ao longo do século XX, principalmente na Europa, tem sido a de tentar garantir que as distâncias na qualidade dos espaços ocupados por cada grupo social fossem menores que aqueles que existiam entre os respectivos níveis de renda e poder. Mas nas últimas décadas do século XX, o sucessivo desmantelamento do Estado de bem-estar social ameaça a jogar por terra os esforços precedentes, voltando a aprofundar a distância entre os diferentes grupos sociais (SECCHI, 2013, p.38).

As posições de Secchi, construídas a partir da leitura do contexto europeu, provocam e estimulam a pensar nossa realidade presente. No caso particular do Brasil, a construção de uma hegemonia ideológica centrada na em práticas a políticas públicas baseadas na promoção de crédito habitacional trouxe consequências severas para as populações pauperizadas. A financeirização da moradia calcada em vínculos com a especulação de rendimentos futuros resulta em remoções e deslocamentos populacionais ao mesmo tempo em que forma uma fronteira nova para o capital financeiro (ROLNIK, 2015).No país, a urbanização marcada pela despossessão de grupos vulneráveis tece linhas de uma trama cujos efeitos já são visíveis, cujas consequências são insondáveis. A clivagem social se manifesta na instabilidade da posse combinada ao avanço do complexo imobiliário financeiro. A cidade dos ricos e a cidade dos pobres vão sendo produzidas nos interstícios de regiões centrais

assediadas pelo mercado ou nas franjas urbanas e. As consequências não se restringem a dicotomia entre pobres e ricos, mas impõe custos ao meio-ambiente, sobrecarregado com a construção de infra-estrutura, evidentemente não distribuída e utilizada de forma igualitária .

Diante deste quadro e das considerações de Secchi, nos propomos a pensar as particularidades do Distrito Federal. Como pensar a uma nova crise urbana posta por uma inédita separação entre ricos e pobres, no caso da Brasília do século XXI - a cidade nascida e planejada por um Estado que propunha diminuir a distância espacial e social entre ricos e pobres e que contrariamente a esta intenção, reuniu seus trabalhadores mais pobres em extensas e distantes cidades satélites, semelhantes a acampamentos e campos de agrimensura? E hoje, 60 anos após sua construção, como a cisão entre a cidade dos ricos e dos pobres continua a ser perpetrada nos ambíguos condomínios fechados que dilapidam o território do Distrito Federal, cada vez mais atravessado pelas curiosas “Estradas Parque” ?

DE OLHO NA CAPITAL FEDERAL

“*Brasília expande a distância entre os corpos*”

Coletivo Transverso, 2014

A Capital Federal foi criada sob a chancela da separação, embora oculta no discurso de seus idealizadores para quem a cidade seria um elemento comum sob o qual se poderia erigir uma sociedade emancipada do atraso em vigor. O território homogêneo, com pouca gradação no que diz respeito às distâncias e densidades, seria a fórmula para equacionar as disparidades dos padrões de habitabilidade e usufruto do espaço urbano, mesmo sem a correspondente equiparação do ponto de vista econômico. Brasília transformaria o território e a paisagem e se tornaria o farol de um país pleno sob os impulsos de políticas desenvolvimentistas. Os impasses a esse projeto se mostram com grande evidência em ao menos três dimensões principais: a prefixação de núcleos satélites distantes do Plano Piloto por norma e legislação; a distribuição assimétrica de atividades produtivas no território; os projetos urbanos novos para assentamentos conduzidos pelo Estado.

Acerca da primeira dimensão, lembremos de partida: a criação das cidades satélites, termo atualmente substituído pela frouxa designação Região Administrativa, atuou como política de exclusão que, por sua vez, assentava-se em teoria urbanística de cidades articuladas em escala regional. As cidades satélites - insistimos no termo, mesmo sendo anacrônicos -eram cidades- dormitórios. Algumas, desenhadas com os mesmos preceitos do Plano Piloto, eixos ordenadores, setorização, unidades de vizinhança, nunca contaram com os cuidados a ele destinados - na verdade, eram depósitos de gente. A título de exemplo, consideremos Ceilândia, projeto do arquiteto Ney Gabriel de Souza, que foi concebida para abrigar uma população proveniente de ocupações composta por cerca de 80.000 pessoas. Essa população majoritariamente nordestina migrou para a Capital Federal para construí-la e, contrariando as expectativas, inaugurada a nova cidade, não retornou para seus locais de origem e permaneceu nas ocupações próximas ao Plano Piloto. Durante o governo de Hélio Prates, foi criada

uma campanha para erradicação desses assentamentos, Campanha de Erradicação de Invasões, cuja abreviação CEI originou o nome Ceilândia.

Em boléias de caminhões, as famílias transferidas construíram com a madeiral de suas antigas moradias suas residências provisórias que, deveriam ser substituídas por casas de alvenaria, contando com o apoio da Secretaria de Habitação de Interesse Social (SHIS) em parceria com o Banco Nacional da Habitação (BNH). Ceilândia, nos seus primeiros dias, era a imagem da desolação. As fotografias conservadas no arquivo histórico nos mostram uma grande área riscada por ruas, sendo pontuadas pelas únicas construções perenes, as escolas. As quase 80.000 pessoas transferidas para Ceilândia não contavam com serviços essenciais, como água, por exemplo. Esse número impressionante é uma indicação da violência da urbanização brasiliense. Violência dada pela velocíssima consolidação do projeto de povoamento deste território, mas também por sua forma e extensão, notoriamente e explicitamente espalhada ao longo dos principais eixos de circulação, organizados pelo sistema de estradas-parque, que desembocam em rodovias estaduais e federais e que prosseguiram sua ocupação extensiva.

Sabemos que, nos fundamentos de sua concepção urbanística, Ceilândia foi construída nos início dos anos 1970 para reunir os moradores de acampamentos e aglomerações remanescentes da construção de Brasília. Ceilândia, cidade-satélite, não estava prevista no Plano Piloto de Lucio Costa. No entanto, apenas uma década após a inauguração de Brasília – simbolicamente no dia 21 de abril – as coordenadas que dariam curso ao seu crescimento estavam desenhadas: uma política de Estado de tom marcadamente segregador no que respeita à posição no território e às características que fundamentais de seus projetos urbanos. É patente que no Plano Piloto predominam espaços livres entremeados pela abundante vegetação e equipamentos públicos e coletivos; em Ceilândia, assim como em outras cidades em torno do núcleo central, predomina o tipo de urbanização caracterizado pelo loteamento, com poucas áreas privilegiadas e clara repetição nos padrões de desenho.

Figura 1: “Ceilândia vista sob um novo olhar”. Jornal Metrópoles, 11/11/2015.

Outras cidades satélites continuaram a pontuar o território do DF, mas diferentemente daquelas que foram destinos dos pioneiros construtores da capital, surgiram de regularização de áreas ocupadas, como Recanto das Emas, Sol Nascente (em curso de regularização), ou da ação deliberada do governo segundo o Plano de Ordenamento Territorial (1978), como foi o caso de Samambaia ou ainda a cidade de Águas Claras (1992), distante 20 quilômetros do Plano Piloto destinada à Classe Média, assim anunciada e vendida.

Ao se dedicar atenção ao mapa de urbanização do DF, nota-se o grande peso adquirido pelo eixo sudoeste, onde se localizam as primeiras cidades satélites e o surgimento de outras, mais recentes. Taguatinga, Águas Claras, Ceilândia, Samambaia e Sol Nascente integram uma mancha de conurbação que concentra a maior parte da população do Distrito Federal. A tendência seria a fusão destas urbanizações ao desenho de Lucio Costa, que mantém sua "pureza" em virtude do seu tombamento como patrimônio da Humanidade. Como amplamente divulgado, o tombamento do Plano Piloto está condicionado às suas escalas, a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica. Coube a esta última resguardar o projeto de Lúcio Costa dos risco de ser fagocitado pelas vizinhas satélites, pois esta escala determina um perímetro de isolamento do Plano Piloto com o intuito de garantir sua fisionomia de cidade-parque.

Além disso, a construção da capital engendrou a formação de vários assentamentos informais, lugar dos imigrantes trabalhadores, que insistiram em não retornar aos seus "lugares": Vila Sarah Kubitschek, Vila Amauri, Sacolândia, Lonalândia, Vila Paranoá e Vila IAPI- todas removidas; e a Cidade Livre (hoje Núcleo Bandeirante), Vila Planalto, Vila Cauhy, Vila Telebrasília, que conseguiram se consolidar a partir de fortes movimentos sociais. Ao longo dos anos, Vila Varjão, Vila Estrutural, Sol Nascente, Pôr do Sol. Paralelamente, a classe média alta de Brasília impulsionou outro processo de urbanização irregular, agora por meio de condomínios horizontais privados nas franjas bem infraestruturadas da cidade patrimônio.

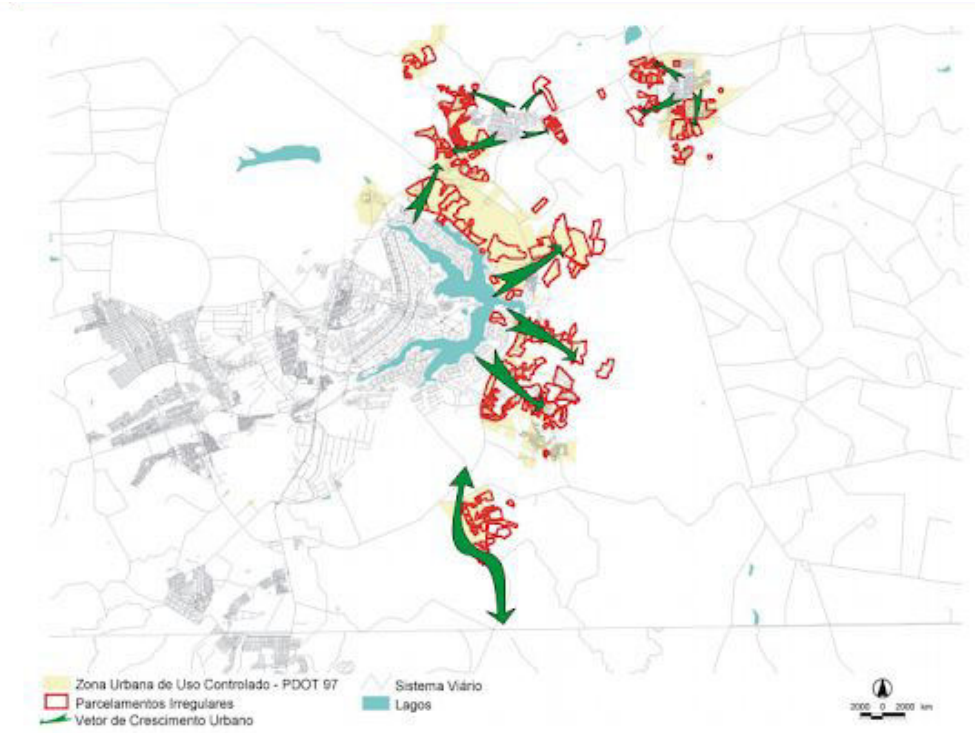

Figura 2: Novos Eixos de Expansão Urbana - Mapeamento dos Parcelamentos Irregulares. Fonte: DISTRITO FEDERAL e SEDUMA, 2009.

Por muito tempo não se cogitava pensar as cidades-satélites em termos autônomos, a centralidade do Plano Piloto não foi posta em xeque até que os planos de ocupação territorial passaram a ter como uma das premissa o equilíbrio entre as urbanizações presentes no Distrito Federal, e vozes de pesquisadores como o geógrafo Aldo Paviani e o urbanista Frederico de Holanda iniciaram a discussão da metrópole brasiliense. A consolidação das cidades satélites com populações que superam a do Plano Piloto e com dinâmica econômica e expressões culturais significativas possibilitaram visualizar Brasília como cidade polinucleada com múltiplas centralidades. Esta asseveração orientou planos de ordenamento que apostaram na descentralização de atividades, propondo deslocamentos de serviço para as cidades satélites, como é o caso da controversa construção do Centro Administrativo do Distrito Federal, destinado à transferência da administração do GDF para Taguatinga, mas que nunca se realizou.

Nos anos 1970, as fissuras entre práticas urbanísticas e o processo de crescimento urbano começa a dar sinais no território. Em 1975, inicia-se a formação do primeiro loteamento irregular com características de condomínio horizontal no DF, o Country Club Quintas da Alvorada, hoje conhecido apenas como Quintas da Alvorada (DISTRITO FEDERAL e TERRACAP, 2016). Em 1978, foi aprovado o Plano Estrutural de Organização Territorial do DF (PEOT), que, dentre diversas proposições, indicava áreas para novos assentamentos, todas localizadas no eixo sudoeste do DF, na direção das cidades satélites de Taguatinga e Ceilândia. A indicação deste eixo como principal sentido da expansão urbana do DF era corroborado por propostas de implantação de linhas de transporte de massa conectando novas áreas centrais. Núcleos urbanos como o Quintas da Alvorada colocam em evidência as pressões por moradia das classes médias, fenômenos que se estende também à pobreza, dada a maneira como

são articulados os elementos estruturadores da forma urbana. Em Brasília, a cidade dos ricos e a cidade dos pobres se materializam na urbanização difusa - tendo no horizonte as observações de Secchi.

Se no início da construção da cidade havia apenas os núcleos rurais de Planaltina de Goiás e Luziânia, com pequenas populações (PALAZZO, 2014), sessenta anos depois, Brasília cumpriu seu destino de dinamizar a urbanização e a economia do *hinterland* brasileiro, sendo o centro de um território muito ampliado, consolidado na organização da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), que abarca 22 municípios e quase 4 milhões habitantes (IPEA, 2015). Assim, paralelamente à ocupação dentro do DF, ocorreu o adensamento e expansão urbana dos municípios adjacentes à Brasília, formando uma ocupação, majoritariamente dispersa do território metropolitano que ainda reproduz, na escala metropolitana, o modelo de urbanização centro rico – periferia pobre (HOLANDA, 2010; SOUZA e RIBEIRO, 2010), com forte concentração de renda nas áreas centrais. A principal questão da "metrópole brasiliense" não é, contudo, a configuração dispersa em si, mas a profunda precarização da vida nos núcleos periféricos (tanto nas cidades-satélites quanto nos municípios do entorno), causada pela permanente carência de infraestrutura, transporte, serviços e emprego nessas localidades (PAVIANI, 1996).

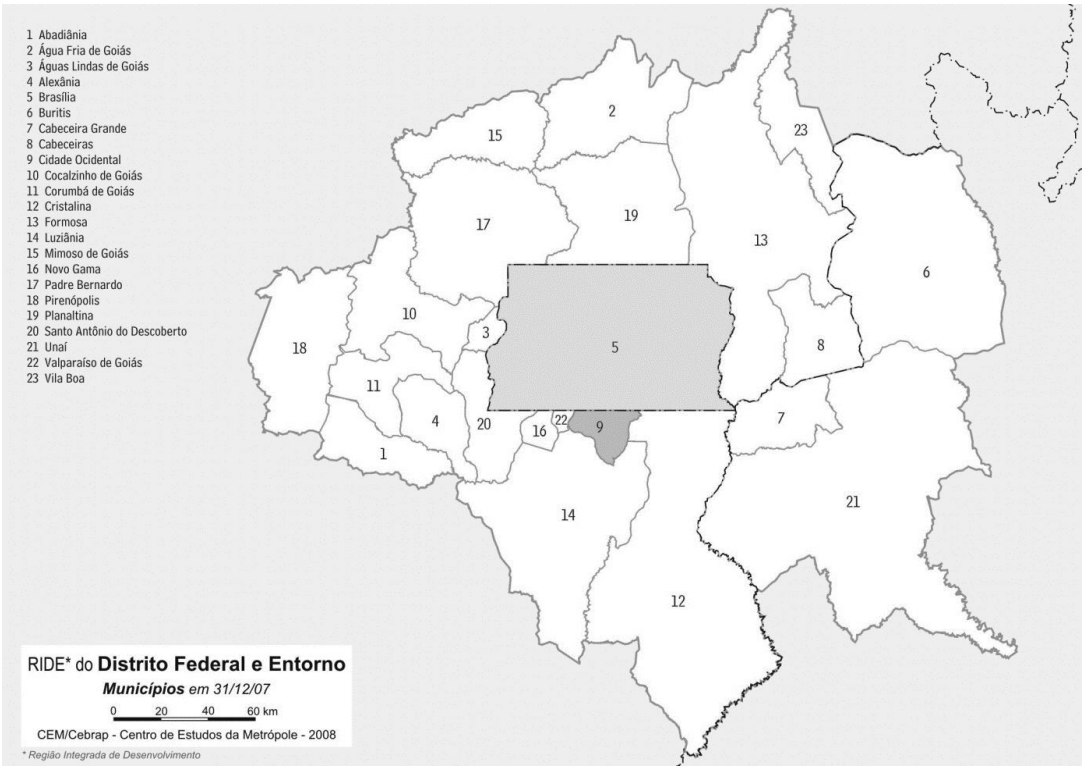

Figura 3: Mapa da RIDE DF, destacando o DF e o município de Cidade Ocidental (GO), ao sul. Fonte: Adaptado de CEM, Cebrap (2008).

Existe hoje uma profunda relação de dependência entre os municípios ao redor de Brasília e a capital, o que ensejou, pouco depois da sua inauguração, um entendimento da condição metropolitana da região refletido em algumas experiências de planejamento, como o Fundo de Desenvolvimento do DF (FUNDEF), criado em 1966, e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB), de 1975, ambos com poucos desdobramentos efetivos (FREITAG e FARIA, 2013). Posteriormente a essas

experiências, deu-se o reconhecimento institucional da organização metropolitana de Brasília com a criação da RIDE /DF – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno[1], em 1998, para efeitos de articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás, Minas Gerais e do Distrito Federal.

Mesmo depois da institucionalização da RIDE/DF, o planejamento territorial, quando se deu na escala metropolitana, permaneceu pouco efetivo. Tampouco os planos municipais propuseram ou consideraram estratégias compartilhadas, o que forma, conforme Schvarsberg (2010, p. 274), " o paradoxo do caráter da metropolização como um processo concreto e complexo, e a sua institucionalidade primária, na forma da RIDE/DF (...) como uma virtualidade". Essa carência de estratégias compartilhadas e de leituras mais amplas sobre as dinâmicas socioeconômicas no território da RIDE/DF foi fundamental para o desencadeamento de um processo de expansão urbana dentro do DF. Analisando os planos subsequentes do DF, quais sejam, o Plano de Ocupação e Uso do Solo (POUSO), aprovado em 1990, e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), aprovado em 1992, observa-se que o eixo sudoeste da capital permanece como prioritário, ao passo que houve crescimento induzido por meio de grandes infraestruturas urbanas e viárias em franca oposição às diretrizes de todos esses planos, o que direcionou a expansão urbana para o vetor sudoeste (VIANNA, 2011). A ponte JK, que liga a Região Administrativa do Lago Sul ao Plano Piloto, teve sua construção iniciada em 2000 e foi inaugurada em dezembro de 2002, alterando significativamente a acessibilidade à região posterior ao Lago Sul, incluindo os condomínios situados no Jardim Botânico (hoje uma RA) e na região do Altiplano Leste (VIANNA, 2011).

Figura 4: Localização da ponte JK.

[1] Criada pela Lei Complementar n.º 94, de 19 de fevereiro de 1998.

Ao se privilegiar estes vetores de crescimento, as práticas urbanísticas reforçam desequilíbrios socioespaciais pois acolhem o conjunto de diretrizes demandados por classes privilegiadas, com condições de produzir seus enclaves na cidade, estruturas cujo planejamento deriva da decisão consciente de se apartar do tecido urbano consolidado. Nesse sentido, reforça-se uma tendência por meio de dispositivos que revelam como a cidade se mostrou consideravelmente dispersa mesmo os primeiros anos de sua constituição - fator demonstrado pela abrangência territorial da RIDE e na assimetria entre os graus de desenvolvimento dos municípios que a constituem. Em nossa perspectiva, notoriamente, um encadeamento de estratégias produziram o cenário presente articulada pelo poder público no sentido de incorporar padrões urbanísticos de dispersão na gestão territorial, oficializando-os por meio de questões higienistas, fundiárias e patrimoniais. Outros fatores concorrem para tal fenômeno, como a gentrificação em larga escala do DF, em que os descendentes dos pioneiros já não conseguem permanecer no DF dada a valorização imobiliária e os altos custos de aluguéis. O esgarçamento crítico entre os padrões de urbanização produziu uma cidade clivada, em que a capacidade de acesso à moradia fica obstaculizada por um mercado de terras predatório.

Esses dois fatores principais ilustram como o modo de urbanização disperso foi apropriado e materializado por práticas urbanísticas em Brasília, com conivência e interesse de sucessivos governos, que lançou prefigurações territoriais e socioeconômicas definidas por instrumentos de planejamento urbano e regional. Neste cenário, o papel do governo não se resume às responsabilidades legais da produção dos espaços na cidade, como “oferecer infraestrutura de suporte” e elaborar leis e normas para gestão do uso do solo, enquanto a iniciativa privada “se responsabiliza pela produção imobiliária” (AMIN, 2011, p. 18), mas sim de um Estado que atua diretamente para acomodar os interesses imobiliários de setores empresariais e demais grupos privilegiados, incorporando demandas aos instrumentos de planejamento, nos projetos de expansão de redes de infraestrutura, na distribuição de equipamentos públicos, na gestão da segurança urbana.

Assim, seguindo o raciocínio de Secchi, o papel da urbanística é muito considerável na configuração da iniquidade, envolvendo articulação de poder entre atores nem sempre equilibrada. A lucratividade privada da urbanização se apresenta no tempo-espaço da metrópole, produzindo uma urbanização violenta, pois de amplo alcance nos efeitos e longa duração no tempo. Assim, planos e projetos atendem padrões urbanísticos locais centralizados na riqueza, forjando uma cultura urbanística local que passa a se modelada para se acomodar a estes processos, propagado continuamente como modelo viável de urbanização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordamos neste trabalho aspectos relacionados à segregação espacial em Brasília no presente. As reflexões de Secchi contribuíram para analisar o contexto Latino Americano da qual Brasília faz parte, em que a urbanização apresenta pontos de contato em relação ao contexto europeu, mas com variações de escala e natureza dos processos que não pode ser desprezada. O cruzamento de interpretações nos permitiu identificar que há uma constante no padrão de urbanização do Distrito

Federal, com a produção e adensamentos de centralidades que assimilam os benefícios da urbanização, e periferias pauperizadas.

Assim como Secchi, não pretendemos oferecer uma leitura baseada na cisão dual entre cidade dos ricos e cidade dos pobres; antes nosso intuito é identificar os mecanismos e dispositivos encerrados pelas práticas do urbanismo e seus efeitos no território. Ao identificar estes elementos, podemos encontrar uma parte das dissonâncias da produção urbana, lançando luz sobre estas processos e chamando atenção dos demais agentes produtores da cidade para quais aspectos e processos devem ser observados na direção de uma cidade mais justa e equânime.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer: *o Poder Soberano e Vida Nua.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

ARANTES, Otília. *Berlim e Barcelona Duas Imagens Estratégicas.* São Paulo: Annablume, 2012.

AMIN, Thiago Carneiro. *O Papel do Projeto Urbanístico na Implantação de Novas Tipologias de Loteamento: Estudo do Eixo da Rodovia Dom Pedro I em Campinas - SP.* 2011. mestrado – Pontíficia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade.* Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.

CACCIARI, Massimo. Non potete massacrarmi Napoli! In: VELARDI, C. (Org.). *La città porosa: conversazioni su Napoli*. Napoli: Cronopio, 1992, pp.

DISTRITO FEDERAL; TERRACAP. *Histórico da Regularização Fundiária no DF*. Brasília: TERRACAP. Recuperado junho 16, 2016 de http://www.terracap.df.gov.br/regularizacao-fundiaria-novo-2/historico-7, 2016.

DISTRITO FEDERAL e SEDUMA. *Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - Documento Técnico.* Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Nov 2009.

FREITAG, P.; FARIA, R. S. DE. Planejamento Regional em Brasília: O Fundefe e o Pergeb nas décadas de 1960 e 1970. V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. *Anais*... . v. I, p.89–103. Barcelona - Buenos Aires: DUOT. Recuperado junho 20, 2016, de http://hdl.handle.net/2099/14126, 2013.

FREITAS, G. DE. *Células Desconexas: Condomínios Fechados e as Políticas Públicas de Regularização do Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado, Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Securité, territoire, population. Cours au Collège de France.* Paris: Seuil/Gallimard, 2004.

HOLANDA, F. R. B. DE. *Brasília: cidade moderna, cidade eterna*. Brasília: FAUnB, 2010.

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. *Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.* Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_df, acesso em 20/11/2018.

PAVIANI, A. *Brasília, moradia e exclusão*. Brasília, DF: Editora UnB : Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais : Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB, 1996.

PALAZZO, Pedro Paulo . Urbanization in the Brazilian hinterland?s ?forgotten century?: growth patterns in Planaltina. In: Oliveira, V.; Pinho, P.; Batista, L.; Patatas, T.; Monteiro, C.. (Org.). *Our Common Future in Urban Morphology*.Porto: FEUP, 2014, v. 2, p. 504-515.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças.* São Paulo: Boitempo, 2015

SCHVARSBERG, Benny. *Do Plano Piloto a Brasília Metropolitana: considerações sobre planos diretores e planejamento metropolitano*. PAVIANI, A. e colab. (Org.). Brasília 50 anos: da capital a metrópole. Brasília: Editora UnB : NEUR-Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais, 2010.

SECCHI, Bernardo. *la città dei ricchi e la città dei poveri.* Bari: Laterza, 2013.

_____. A Tradição Européia do Planejamento: Culturas e Políticas. In RIBEIRO, Elane; et. al (orgs). *Tempos e Escalas da Cidade e do Urbanismo: quatro palestras*. Brasília: FAU-UnB, 2014, pp. 13-24.

_____. *Primeira Lição de Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. *A cidade do século vinte.* São Paulo: Perspectiva, 2009.

SOJA, Edward William. *Postmetropolis critical studies of cities and regions*. Malden (Mass.): Blackwell Publ., 2000.

SOUZA, Beatriz Teixeira De e RIBEIRO, Rômulo José da Costa. *O antagonismo entre emprego e moradia no Distrito Federal.* Cadernos Metrópole, v. 12, n. 23, p. 125–143, Jun 2010.

VALVA, Milena D. As ideias-guia de Bernardo Secchi. In *Pós.* v. 23 n. 40. São Paulo, 2016.

VIANNA, R. J. A Valorização das Terras Situadas na Região da bacia do Rio São Bartolomeu: a 3ª Ponte do Lago Sul e os Condomínios Fechados. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental - IPEA,* p. 177–187, 2011.